

Resenha

O mínimo sobre gnosticismo

GORDON, Flávio. *O mínimo sobre gnosticismo*. São Paulo: Editora O Mínimo, 2024.

Thiago Santiago¹

Quais as consequências da influência gnóstica nos movimentos totalitários do século XX? O gnosticismo deve ser compreendido apenas como uma heresia, no sentido da tradição judaico-cristã, ou também pode ser analisado como sendo o principal pilar teórico das *Religiões Políticas*?² Flávio Gordon suscita essas e outras questões que circundam o tema do livro *O mínimo sobre gnosticismo*. O percurso expositivo da obra tem por objetivo explicar o que é o gnosticismo, para além da ideia de heresia – mesmo que, por vezes, o autor se apoie no cristianismo para fundamentar-se – passando por concepções como: neoateísmo, revolução metafísica, religiões políticas e declínio espiritual.

O objetivo conduzido pelo autor é de criticar o gnosticismo, tomando como base os efeitos do último sobre a modernidade. Não obstante, a finalidade não se restringe ao intento de denunciar a *gnose* como heresia, mas de apontá-la como o fio condutor de um declínio espiritual que, por conseguinte, acarreta justificativas ideológicas para a imposição da força, a fim de expurgar o mal no mundo – mesmo que, para isso, seja incorporada, em seu cerne, uma completa desumanização em torno da sua ação. Logo, a manifestação feita pelo autor busca influir o retorno à Deus, enxergando-o como a ponte que liga o humano a sua própria humanidade: pois, assim como pensou Descartes, “eu sou como um meio entre Deus e o nada” (Descartes, 2018, p. 79).

Na breve introdução, Gordon sinaliza preocupação com o ateísmo contemporâneo (neoateísmo), o qual, afirma ser, juntamente com o gnosticismo,

¹ Graduado e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, na linha de pesquisa Ética e Filosofia Política. E-mail: thiagovsck@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4075570830208126>

² A ideia de Religiões Políticas foi elaborada por Eric Voegelin, partindo da análise do culto ao Deus-sol, dos egípcios, aos movimentos totalitários do século XX (Fascismo, Nazismo e Comunismo).

“movimentos distintos de um mesmo contínuo herético (Gordon, 2024): o neoateísmo seria uma corrente que, diferente do ateísmo “tradicional”, entraria, de maneira mais ativa, no campo religioso de uma sociedade, com o objetivo de maior interferência no campo prático. Um segundo percalço a ser colocado, e superado, é a ideia de que, nas palavras do autor, “o conceito de heresia soa ultrapassado e, do ponto de vista do presente conhecimento científico, inútil” (Gordon, 2024, p. 16): existe aqui a preocupação da religião – e suas concepções – só ser pertinente na realidade se for instrumentalizada, ou melhor, tecnicizada, retirando dela toda a sua carga de influência na história.

No primeiro capítulo, o doutor em antropologia social aborda a característica “evangélica” desse ateísmo citado anteriormente: um evangelismo que se apoia na crença de que estão na ciência e na razão os meios para os quais o ser humano irá de fato progredir, eximindo a humanidade dos conflitos religiosos. Esse sentimento de que está ao alcance do ser humano – a sua razão – a ferramenta para aprimorar a realidade e, com isso, “pacificar” as turbulências que são geradas por choques entre religiões, é uma simbiose entre “positivismo” e “gnosticismo”: o primeiro fornece a idealização de que está na ciência – e na razão – o real percurso para a verdade; o segundo proporciona a máxima do terceiro reino, “uma espécie de juízo final terrestre” (Gordon, 2024, p. 25).

Ao fim do primeiro capítulo, articulando com o segundo, decorre a concepção – usada pelo autor, com base em Albert Camus – de “revolta metafísica”, ou “revolta contra o pai”. Elaborando a conjectura, se há um Deus, e este é apagado ou esquecido, em detrimento de uma revolta, outro Ser Supremo irá se instaurar no mundo: o ser humano, detentor de uma razão, que supostamente o faz alcançar “estados últimos” de realização no mundo, obtém também o conhecimento para “ imanentizar a escatologia”³. Portanto, este novo Ser Supremo é o próprio ser humano, pois, é a partir da sua ação no mundo que o reino dos céus irá emergir sobre a defeituosa terra. Contudo, é explícito o perigo desse desdobramento – em que o humano se torna Deus – visto que o próprio humano não é só um vivente fortuito neste mundo defeituoso, mas está incluído nos defeitos do mundo.

³ A “imanetização do eschaton” foi explorada, de forma crítica e veemente, na filosofia Voegeliana: em suma, essa imanetização é a crença de conseguir trazer o “reino dos céus” para a terra.

Ainda em relação a “revolta metafísica”, existe um nome para tal ação no contexto referido: a revolução. Flávio Gordon inicia o segundo capítulo, a fim de contextualizar a revolta contra Deus na prática política e social, usando como recorte histórico a revolução francesa:

No decorrer da Revolução Francesa, de maneira quase caricata, elementos centrais da religião tradicional foram parodiados e convertidos em exóticos cultos seculares. Tendo lugar em catedrais como Notre-Dame e Chartres, esses cultos incluíam o catecismo e o batismo cívicos, a eucaristia com a pátria e um sem-número de penitências ante a “Santa Igualdade” e a “deusa Razão”. Uma nova religião, tendo a razão humana como divindade e os filósofos iluministas como apóstolos, surgia no horizonte como uma aurora de esperança e redenção (Gordon, 2024, p. 37-38).

A preocupação que antes foi citada – sobre a instrumentalização da religião – se faz concreta aqui: uma sociedade que reformula e sistematiza a religião em detrimento da política, a fim de alcançar uma legitimidade divina, é a realização de uma religião de Estado. Porém, essa legitimidade não é propriamente divina, dado que o ser humano é apenas teomórfico, e não *Theos*: logo, o ser, que faz parte e é parte das imperfeições do mundo, ergue-se como benfeitor de uma “realidade perfeita”, criada por ele mesmo, pois “como resumiu Hannah Arendt, a Revolução Francesa pretendeu ‘encontrar um novo absoluto para substituir o absoluto do poder divino’” (Gordon, 2024, p. 36).

O trajeto feito até aqui é de suma importância para compreender o perigoso entorno do gnosticismo não apenas como uma heresia, pois as problematizações em torno do tema não se restringem ao âmbito judaico-cristão. As diversas referências trazidas por Gordon são de suma importância para salientar a tentativa dos gnósticos – que na contemporaneidade podem estar transvestidos de políticos, intelectuais, e influenciadores digitais – de impor uma visão totalizante e resumida do mundo, que gira em torno do comportamento fanático para com uma determinada ideologia, que julga ter o conhecimento para resolver todos os problemas de um mundo imperfeito: resultando, dessa forma, em movimentos totalitários.

Com o propósito de dar maior enfoque no que tange a política e a religião, o capítulo quatro se faz extremamente importante para a compreensão da “política como *ersatzreligion*”⁴. Contudo, o terceiro capítulo não é desnecessário para compor

⁴ Religião substituta.

esta resenha, porém, o mesmo se centraliza no escopo da ciência – teoria darwinista, darwinismo social, revolução científica newtoniana – a fim de desenvolver os pontos já suscitados aqui, em relação ao detrimento de concepções religiosas à teorias científicas usadas para invalidar o campo religioso: resumidamente, a natureza, enquanto ciência, toma o lugar da religião já que “muitos não apenas usaram o darwinismo para atacar a compreensão cristã tradicional quanto aos milagres e ao sobrenatural, mas também minaram valores cristãos profundamente arraigados na cultura europeia” (Gordon, 2024, p. 75).

Retornando ao quarto capítulo, correlacionando-o com o quinto, inicia-se aqui o exame sobre a *ersatzreligion* e a concepção das “Religiões Políticas” de Eric Voegelin. A “religião substituta” é situada, na construção do autor, como uma consequência da filosofia política agostiniana na sociedade. Antes de mais nada, é importante ressaltar a influência histórica, religiosa e política da filosofia de Santo Agostinho: até o surgimento da política moderna – com Thomas Hobbes – a filosofia cristã de Agostinho rompeu com a estrutura política e religiosa das antigas civilizações, como por exemplo, a civilização egípcia, que tinha como representante político e religioso, o Faraó Ahkenaton⁵. O rompimento com a concepção de que está no ambiente mundano aquilo que é divino, foi, possivelmente, a principal influência do cristianismo na história da política até o surgimento de novas concepções absolutistas de Estado – transformando, mais uma vez, a religião em instrumento de poder.

Portanto, quando se observa o funcionamento da política, tomando como base a religião, nota-se que “com Agostinho, tem início um processo de dessacralização do Estado que contrasta profundamente com a estrutura política do mundo antigo, repleto de deuses locais, reis e imperadores divinizados” (Gordon, 2024, p. 102). Essa reformulação implica, diretamente, na influência do poder político sobre as civilizações, pois, a partir do instante em que se compreende que “poder político” e “poder divino” não estão, ou melhor, não devem estar correlacionados, há uma deterioração do poder que antes detinha, em suas ações políticas, a legitimidade divina. Dessa forma, há uma reestruturação no próprio conceito de religião, como alega o doutor em antropologia:

⁵ Na obra *As religiões Políticas*, Eric Voegelin reconhece que o culto ao Deus-sol, advindo do Atonismo, deu origem à primeira religião política.

Temos que um único e mesmo Deus rege todo o universo, mas também que cada nação ou comunidade é soberana para guiar a sua existência mundana, suas leis, seus costumes, ou, em suma, sua cultura. Portanto, pode-se dizer que o cristianismo não surgiu apenas como uma nova religião, mas introduziu um novo conceito de religião (Gordon, 2024, p. 105).

Demonstrando ter preocupação com o cristianismo em relação ao enfraquecimento do poder político absolutista, o filósofo inglês Thomas Hobbes confronta a filosofia política de Agostinho: “O que pode ser mais pernicioso a qualquer Estado [*commonwealth*] do que ter seus cidadãos impedidos de obedecerem a seus príncipes por medo de castigos eternos?” (*apud* Gordon, 2024, p. 109). Temos aqui o grande efeito do cristianismo: compreender o espírito para além da temporalidade, ao caminhar para o atemporal. Porém, para além dos argumentos agostinianos, quais as consequências – políticas – de não separar o “poder político” do “poder divino”? A elaboração, derivada da filosofia do bispo de Hipona, de que “o homem habita dois reinos, a cidade terrena e a cidade celeste, devendo, para cada um deles, prestar contas de modo distinto” (Gordon, 2024, p. 104) deve ser compreendida apenas como uma concepção religiosa ou deve ser vista como uma atribuição à realidade que contém danos totalitários?

O cerne dos perigos do gnosticismo mora nas questões feitas acima, pois há um efeito em cadeia que decorre de reformulações dentro de um mesmo ventre – o ventre gnóstico – que vai das religiões políticas aos movimentos totalitários do século XX. Flávio Gordon indica que as ideologias do fascismo, nazismo, comunismo, que foram expoentes na Segunda Guerra Mundial, foram a realização plena entre gnosticismo e religiões políticas: contudo, a crença dos movimentos citados se apoia na convicção da “ imanentização da escatologia ” por meio de uma “ religião política ”. A fé, no sentido cristão, se transforma em uma fé atribuída ao conhecimento: uma fé na razão humana. Foi dessa forma que Mussolini, Hitler e Stalin se transformaram nos faraós das ideologias do século XX.

Se ainda restam dúvidas da pertinência de se refletir sobre o problema do gnosticismo aplicado aos movimentos de massa, modernos e contemporâneos, trago o relevante trecho, do filósofo Eric Hoffer, sobre os perigos de tais movimentos⁶:

Todos os movimentos de massa geram em seus adeptos uma prontidão para morrer e uma propensão para a ação unida; todos eles, independentemente

⁶ Flávio Gordon insere este trecho na obra em questão, como nota de rodapé.

da doutrina que pregam e do programa que projetam, fomentando o fanatismo, o entusiasmo, a esperança fervorosa, o ódio e a intolerância; todos eles são capazes de liberar um fluxo poderoso de atividade em certos departamentos da vida; todos eles exigem fé cega e lealdade absoluta. Todos os movimentos, por mais diferentes que sejam em doutrina e aspiração, atraem seus primeiros adeptos dos mesmos tipos de mentalidade; todos eles apelam aos mesmos tipos de mentalidade (Hoffer, 1951, p. 11).

O livro *O mínimo sobre gnosticismo*, escrito pelo antropólogo Flávio Gordon, estimula a crítica sobre a ideia de que está no humano a solução para resolver todos os problemas, ao mesmo tempo que oferece a reflexão sobre as consequências de se acreditar nessa afirmação. A crítica do autor simpatiza com o cristianismo, usando a perspectiva agostiniana para dar base aos seus apontamentos, entretanto, sua reflexão parecia sobre bibliografias históricas e filosóficas que corroboram com as inseguranças levantadas ao longo do texto. O percurso da obra caminha para o seu final ao reafirmar “a recusa moderna da antropologia filosófica clássica e judaico-cristã” e a tentativa gnóstica de recriar a antropologia, tornando o humano – imperfeito – em um super-humano, perfeito e realizado dentro de uma realidade fictícia. Indo além da heresia, a preocupação aqui ultrapassa as cátedras e deságua na política do totalitarismo.

Referências

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Edipro, 2018.

GORDON, Flávio. **O mínimo sobre gnosticismo**. São Paulo: Editora O Mínimo, 2024.

HOFFER, Eric. **Fanatismo e movimentos de massa**. Rio de Janeiro: Lidador, 1951.